

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No dia 15 de setembro de 2021, Daniel Rodrigues e Danijoy Pontes morreram no Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL). Passado um ano, as famílias continuam sem respostas definitivas sobre a morte do seu familiar. Ambos os jovens eram pessoas sem histórico de doenças, pelo que a morte de cada um deles traz consigo a perplexidade de um desfecho que teve tanto de dramático como de inesperado.

Perante todos estes factos, seria de esperar que, passado um ano, o Estado Português tudo tivesse feito para facilitar o acesso a toda a informação que as famílias solicitassem. Mais, tanto quanto as famílias, o Estado Português, que tinha estas pessoas sob sua responsabilidade, era o maior interessado em esclarecer publicamente o que se passou.

Lamentavelmente, não foi isto que aconteceu. Continua por esclarecer por que motivo a polícia judiciária não foi chamada ao local quando se soube do falecimento dos jovens, as famílias continuam sem ter acesso às autópsias e não há uma explicação lógica para o arquivamento, por parte da DGRSP, deste caso que, como é público, continua a levantar questões legítimas dos familiares e de todas aquelas pessoas que defendem um sistema prisional que respeita a dignidade da pessoa humana.

Passado um ano, há também um balanço que se impõe sobre as prisões portuguesas. Sabemos que Portugal é dos países do mundo com penas mais elevadas, onde se prende facilmente por pequena criminalidade e com um sistema prisional com edifícios antigos e com práticas internas que desumanizam quem cumpre pena. Sabemos também que as prisões são espaços onde o racismo estrutural é mais visível, com penas e medidas de coação desproporcionais aplicadas a pessoas racializadas. São também recorrentes as queixas de abuso de medicação administrada aos reclusos, ficando muitas vezes a sensação que os problemas de saúde mental são fruto de um sistema que pouco promove a integração das pessoas na sociedade – fim último das penas – e que apenas promove as penas como vingança.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda considera essencial perceber o que

tem sido feito para esclarecer as famílias de Daniel Rodrigues e de Danijoy Pontes e o que se mudou para que tal não se torne a repetir.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através da Ministra da Justiça, as seguintes perguntas:

1. Sabe o Governo por que motivo a PJ não se deslocou ao local?
2. Sabe o Governo por que motivo há um secretismo relativamente às autópsias?
3. O Governo apoiou as famílias durante este ano? Se sim, com que medidas?
4. Desde este caso, o que foi alterado no sistema prisional?
5. Tem o Governo conhecimento de que há um excesso de medicação administrada aos reclusos? Se sim, que medidas tomou ou pretende tomar para evitar esse problema?
6. Que medidas pretende tomar o Governo para que o cumprimento de uma pena em Portugal seja feito de forma a reintegrar as pessoas na sociedade e não uma forma de vingança?

Palácio de São Bento, 16 de setembro de 2022

Deputado(a)s

PEDRO FILIPE SOARES(BE)